

# O “grosso” e o “das crianças”: consumo alimentar em titulares do Programa Bolsa Família em Curitiba-PR

“Staple food” and “children’s food”: food consumption from Bolsa Familia Program members in Curitiba-PR, Brazil

Vanessa Daufenback<sup>1</sup>  
Maria Teresa Gomes de Oliveira Ribas<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curso de Nutrição, Grupo de Pesquisas em Ciências da Nutrição-GEPECIN, Curitiba-PR, Brasil.

<sup>2</sup>Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curso de Nutrição, Escola de Saúde e Biociências, Grupo de Pesquisas em Ciências da Nutrição-GEPECIN, Curitiba-PR, Brasil.

Fonte financiadora da pesquisa: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (categoria bolsa de iniciação científica), parecer do Comitê de Ética n. 82409.

Correspondência / *Correspondence*  
Vanessa Daufenback  
E-mail: vdaufen@gmail.com

## Resumo

O Programa Bolsa Família abrange aproximadamente 50 milhões de pessoas no Brasil, sendo considerado o maior programa de redistribuição de renda do mundo. Algumas pesquisas recentes têm revelado o consumo de novos alimentos e hábitos alimentares em decorrência do recurso acessado pelas famílias, cujas implicações são ambivalentes em termos de segurança alimentar. Neste sentido, este trabalho procurou investigar subjetividades e extrair núcleos de sentido presentes no discurso a respeito do consumo alimentar dos titulares do Programa Bolsa Família do Distrito Sanitário do Cajuru, em Curitiba-PR. Esta população foi escolhida através de amostragem aleatória estratificada proporcional com base no universo de inscritos no Programa residentes neste território. Em visitas domiciliares, coletaram-se depoimentos dos participantes, os dados quantitativos foram tabulados e realizadas as estatísticas descritivas. As subjetividades dos discursos foram reunidas em núcleos de sentido e problematizadas de acordo com achados empíricos e teóricos. Os resultados quali-quantitativos revelaram aumento do consumo de ultraprocessados, justificados pela compensação alimentar “das crianças” e atrelados à oposição ao “grosso” (básico), concomitantemente à percepção fragmentada sobre alimentos “não saudáveis” e a valorações positivas acerca da entrada no mundo do consumo de determinados produtos segundo perspectiva dos titulares de direito do Programa investigados.

**Palavras-chave:** População de baixa renda; Programas de transferência de renda; Análise Qualitativa; Consumo de Alimentos; Comportamento alimentar.

## Abstract

The Bolsa Familia Program covers approximately 50 million people in Brazil, and is recognized as the world's largest income transfer program. Recent researches have been pointing out the introduction of new food products and food habits given by the increased income, which leads to ambiguous outcomes in terms of food security. Thus, this research aimed to investigate subjective perceptions and bring meaning cores out of the speeches related to food consumption from Program members of a Sanitary District in the city of Curitiba, state of Parana, Brazil. This population was selected by the proportional random stratified sampling method, based on the universe of members registered on the Program from this District. After finishing the 92 home visits with interviews and statement registration, quantitative data were displayed and descriptive statistics were calculated. Speech subjectivities were brought together in form of meaning cores and discussed according to empirical and theoretical findings. The qualitative and quantitative results revealed increased consumption of ultra-processed foods justified by “children's” food compensation and linked to opposition to “staple”, concurrently with the fragmented perception of “unhealthy” food and positive evaluations about entry into the world consumption of certain products under the perspective of Program holders investigated.

**Key words:** Poverty; Income transfer programs; Qualitative Analysis; Food Consumption; Feeding Behavior.

## INTRODUÇÃO

O Programa Bolsa Família (PBF) abrange cerca de 50 milhões de pessoas no Brasil, sendo considerado o maior programa de redistribuição de renda do mundo.<sup>1</sup> De acordo com estudo realizado por Paiva et al.,<sup>2</sup> entre os vários programas de transferência de renda, o PBF é uma das estratégias que mais contribui para a queda da desigualdade econômica (diminuição de 19% no coeficiente de Gini) e para a dinamização da economia. O programa ainda gera impactos positivos em saúde, sendo relacionado à redução de 19,4% na mortalidade infantil em nível nacional.

Dentro dos vários objetivos do PBF, um dos seus principais é a eliminação de situações de fome e insegurança alimentar entre seus titulares de direito. Nesse aspecto, pode ser considerado exitoso, pois seus resultados apontam que, até 2013, a proporção de crianças nutridas no Brasil se tornou 39,6% maior se comparada ao início do Programa.<sup>3</sup> Outro estudo recente<sup>4</sup> revela o

favorável grau de autonomia financeira e social alcançado por mulheres titulares do PBF em regiões empobrecidas do Nordeste.

Quanto à questão alimentar, no contexto do PBF, pesquisas salientam o aumento do consumo de produtos processados e ultraprocessados e, portanto, de caráter desfavorável à saúde, quanto ao desfecho nutricional.<sup>5,6</sup> Outras pesquisas reforçam que houve também a entrada de alimentos frescos e favoráveis à saúde em famílias de baixa renda, embora tenham sido menores em famílias extremamente pobres.<sup>7</sup> Entretanto, poucas pesquisas se debruçaram na tentativa de compreender o significado desses novos produtos e alimentos acessados a partir da perspectiva dos titulares. Neste sentido, o presente trabalho traz contribuições na direção de elucidar percepções sobre alimentação para titulares de direito do PBF nas dimensões do consumo.

Este artigo deriva da pesquisa *Alimentação, nutrição, saúde e qualidade de vida em titulares do Programa Bolsa Família: estudo de caso*, realizada de agosto de 2012 a julho de 2013 em Curitiba-PR. O objetivo principal foi explorar aspectos do desenvolvimento humano no cenário da gestão de estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em políticas públicas. De forma mais específica, um dos seus propósitos foi identificar subjetividades relativas a capacidades expressas em saúde, alimentação, nutrição e qualidade de vida nos segmentos populacionais de estudo.

A justificativa deste artigo se faz pela necessidade, já enfatizada por Canesqui,<sup>8</sup> quanto à perspectiva de a área da Antropologia da Alimentação se debruçar sobre o impacto das políticas governamentais alimentares dirigidas às camadas pobres da população, compreendendo suas práticas de consumo e sua relação com a estrutura familiar. Sendo assim, justifica-se a disposição de explorar os significados das mudanças alimentares advindas do recurso financeiro acessado pelo ingresso dessas famílias no PBF.

## METODOLOGIA

O estudo possui caráter transversal, em nível exploratório e descritivo, empregando a complementaridade entre as abordagens quanti e qualitativa, com o propósito geral de analisar elementos sobre percepções e opiniões relativas ao comportamento alimentar e seu impacto na nutrição (hábitos, crenças, demandas, práticas cotidianas), a partir do acréscimo da renda, no território do Distrito Sanitário do Cajuru, em Curitiba-PR.

A população de estudo foi escolhida através de amostragem aleatória estratificada proporcional com base no universo de inscritos no Programa em cada Unidade de Saúde do Distrito Sanitário do Cajuru, Curitiba-PR. Para se obter os nomes e endereços completos desses indivíduos, teve-se acesso às listagens dos titulares do Programa Bolsa Família junto à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social do Estado do Paraná.

A partir da equação de cálculo amostral,<sup>\*a</sup> que pode ser encontrada em Triolla,<sup>9</sup> realizada por meio do *software* Microsoft Excel®, foram selecionados aleatoriamente 92 usuários do Programa Bolsa Família residentes no território do Distrito Sanitário do Cajuru. Caso houvesse erros de cadastro, mudanças de endereços ou recusas de participação, calculou-se uma amostra complementar de igual número de nomes de titulares.

Os sujeitos pesquisados foram acessados por meio de visitas domiciliares. Como instrumentos para coleta dos dados, foram preparados um Questionário de Frequência Alimentar (QFA) e um roteiro de entrevista semiestruturada com itens norteadores da conversa, denominado Roteiro Qualitativo (RQ).

O QFA foi elaborado com base no Formulário de Marcadores de Consumo Alimentar para indivíduos com cinco anos de idade ou mais do SISVAN.<sup>10</sup> Como forma de entender o padrão de consumo nas famílias, o QFA foi adaptado com inclusão de novos alimentos cujo consumo foi relatado em pesquisas anteriores com titulares do PBF.<sup>6</sup>

Já o RQ foi construído a partir dos questionários utilizados na pesquisa *Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas*.<sup>6</sup> Sendo assim, esses instrumentos visaram obter elementos para a compreensão do universo de representações, hábitos e atitudes dos sujeitos de pesquisa.

Escolheu-se trabalhar com a abordagem qualitativa a partir do discurso dos titulares, uma vez que esta permite revelar dimensões que não são diretamente visíveis ou elementos marginais às abordagens quantitativas, mas que se revelam decisivos e estratégicos na interpretação de fenômenos sociais. Segundo Alami et al.,<sup>11</sup> além disso, esta abordagem permite mostrar a ambivalência da maioria das realidades sociais. As autoras também enfatizam que a abordagem qualitativa remete a um sistema explicativo do sentido que o sujeito atribui a sua ação, ainda que o sentido ou a intenção declarada pelo indivíduo seja apenas um dos elementos do sistema de causalidade. Desta maneira, procurou-se introduzir os tópicos-guias e questões relacionadas a seu detalhamento, quando necessário, fazendo apenas interferências pontuais para conduzir a narrativa, evitando-se perguntas diretas ou que pudessem induzir respostas.

$$* a \quad n = \frac{N \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2}{\hat{p} \cdot \hat{q} \cdot (Z_{\alpha/2})^2 + (N - 1) \cdot E^2} = \frac{2319 \cdot 0,5 \cdot 0,5 \cdot 1,96^2}{0,5 \cdot 0,5 \cdot 1,96^2 + 2318 \cdot 0,1^2} = 92,25$$

Onde: N = tamanho da população (2.319); P = Proporção populacional de indivíduos que pertence à categoria estudada; Q = Proporção populacional de indivíduos que NÃO pertence à categoria estudada (q = 1 - p) (Quando não temos essa informação da população é comum adotar valores de p e q = 0,5); E = Margem de erro ou erro máximo de estimativa. Identifica a diferença máxima entre a proporção amostral e a verdadeira proporção populacional (p) (Foi assumido um erro amostral de 10%);  $Z_{\alpha/2}$  = Valor crítico que corresponde ao grau de confiança desejado. Foi adotado um nível de 95% de confiança. Sendo assim, a partir do universo de usuários existentes no recorte espacial, (n= 2319), 92 foi considerado o número mínimo para que a amostra tenha a probabilidade de erro de 10%. Em outras palavras, 92 usuários representa o número satisfatório para que a amostra tenha representatividade estatística e científica.

Além de ser um instrumento orientador para a entrevista, o tópico-guia foi aplicado para a elaboração e antecipação de categorias de análise dos resultados. Após sua construção, os instrumentos preliminares de coleta de dados foram testados em campo, aplicados a um grupo-piloto da população de estudo.

Os discursos analisados foram obtidos a partir dos relatos coletados em local reservado, nos domicílios dos sujeitos eleitos que concordaram com a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, atendendo às recomendações da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde sobre pesquisa científica envolvendo seres humanos, sendo então confirmados como participantes do estudo.<sup>12</sup>

Os depoimentos obtidos foram gravados em aparelho gravador Sony ICD-PX240 4GB, sendo transcritos integralmente, codificados e armazenados em arquivos eletrônicos, garantindo a confidencialidade das informações coletadas. Os dados quantitativos foram tabulados no Microsoft Excel, através do qual foram feitas as estatísticas descritivas, bem como as correlações entre as variáveis.

Foi produzida a análise temática dos relatos que compõem a comunicação dos sujeitos investigados, após leitura em profundidade dos registros transcritos dos depoimentos. Foram selecionados os núcleos de sentido dos relatos dos sujeitos envolvidos considerando suas histórias sociais, permitindo uma análise teórica e uma aproximação crítica, com diálogo entre os achados de pesquisa e a literatura, a respeito das configurações da experiência vivida quanto ao tema em tela. Mediante a organização desses significantes dos discursos, identificaram-se as categorias que referenciam a estrutura do esquema analítico do objeto de pesquisa.<sup>13-15</sup> Os achados dialogaram com referências da literatura científica correlatas ao tema estudado.

O projeto de pesquisa da qual derivam essas discussões foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, sob o parecer nº 82409/2012, bem como pelo comitê do Centro de Estudos da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, com o protocolo nº 59/2012.

## RESULTADOS

Com referência ao projeto original, apresentam-se a seguir as características gerais da população estudada a partir do seu cenário de vivência. No cenário socioeconômico, pode-se observar no quadro 1, que a maior parte da população entrevistada é de brancos (40,2%, n=37), seguida de pardos (39,1%, n=36) e negros (20,6%, n=19), segundo o critério cor (autorreferido); 66,3% são evangélicos (n=60), 46% (n=42,5) possuem entre 18 e 30 anos.

**Quadro 1.** Distribuição de parâmetros referentes às condições socioeconômicas de titulares do Programa Bolsa Família, residentes no território do Distrito Sanitário do Cajuru. Curitiba-PR, 2013.

CARACTERÍSTICAS					
<b>Raça\ cor</b>	40,2% brancas	20,6% negras	39,1% pardas		
<b>Idade</b>	46% possuem entre 18 e 30 anos	38% possuem entre 18 e 30 anos	8% possuem entre 51 e 63 anos		
<b>Religião</b>	66,3% evangélicas		33,6% católicas		
<b>Escolaridade</b>	10,8% 1º grau completo	61,8% 1º grau incompleto	1% Curso técnico superior	5,4% analfabetas	
<b>Estado civil</b>	30,9% amaziadas	25% Casadas	15,2% Separadas	18,4% solteiras	6,5 viúvas
<b>Filhos</b>	26% 3 filhos	19,56% 4 filhos	15,2% 1 ou 2 filhos	25% 5 filhos ou mais	
<b>Média de moradores</b>	5,4 pessoas por casa, sendo 4 o número de habitantes mais recorrente				
<b>Média da renda</b>	775,37 reais				
<b>Condição de trabalho do titular</b>	48,9% Trabalham informal ou formalmente	40,2% Já trabalharam porém no momento não estão trabalhando	6,5% Nunca trabalharam	4,24% aposentadas	
<b>Condição de trabalho do cônjuge</b>	53,2% Trabalham	11,9% não trabalham	35,8% não possuem cônjuges ou não trabalham		

Dos entrevistados, 61,8% (n=57) possuem escolaridade equivalente ao 1º grau incompleto; 30,9% (n=28) possuem união civil informal; 26% (24) têm três filhos, sendo que a média de moradores por casa foi de 5,4. A maioria dos entrevistados (53,2%, n=45) possui trabalho formal ou informal. A renda mensal média foi de R\$ 775,37.

O quadro 2 revela que 36,9% (n=34) dos titulares entrevistados têm renda entre 100 e 150 reais; 80,4% (n=74) investem seu recurso financeiro acessado pelo PBF com alimentos e outras necessidades cotidianas, como contas de água e energia elétrica, material escolar, remédios, roupas e calçados. Para 48,9% (n=45) dos titulares, o PBF impacta em 20% da renda familiar.

**Quadro 2.** Quadro sintético de indicadores quantitativos de distribuição da renda, dos gastos com o recurso recebido e do impacto financeiro deste na renda familiar de titulares do Programa Bolsa Família, residentes no território do Distrito Sanitário do Cajuru. Curitiba- PR, 2013.

Faixas de valor	≤100 reais	100 – 150 reais	160 – 200 reais	202 – 402 reais	
nº de usuárias	20	34	22	16	
%	21,7%	36,9%	23,9%	17,3%	
Gastos com o recurso recebido	Somente alimentação	Alimentação e outros itens como remédios, material escolar, roupas e calçados e contas da casa (luz, aluguel, água, gás)	Contas da casa, material escolar e roupas e calçados		
nº de usuárias	13 usuárias	74 usuárias	5 usuárias		
%	14,1%	80,4%	5,5%		
Impacto do recurso financeiro do Programa na renda familiar	48,9% usuários 20% da renda familiar	36,9% usuários 40% da rendafamiliar	3,2% usuários 60% da renda familiar	2,17% usuários 80%da renda familiar	1% usuários 100% da renda familiar

Com relação à distribuição do acesso aos alimentos, pode-se observar no quadro 3 que 68,4% (n=63) dos titulares aumentaram a compra de alimentos em geral a partir do acesso ao recurso financeiro do Programa. Para 85% (n=78), o aumento se deu em relação à compra de alimentos que os filhos gostam.

### Situação atual de consumo e (in)segurança alimentar

Dentro do objeto de estudo referente a este artigo observou-se, de forma geral, que novos alimentos identificados na perspectiva dos investigados, como macarrão instantâneo, bolachas recheadas, iogurtes, doces, chocolates, carnes, legumes, verduras e massas, vêm sendo introduzidos em maior quantidade, seja pela possibilidade de acesso à renda ou a locais de consumo (Armazéns da Família,\*\*<sup>b</sup> feiras e supermercados).

Foi possível identificar que em 85% das famílias houve maior investimento em alimentação relacionada aos itens que representam a realização do desejo de consumo das crianças da casa (quadro 3). A maior parte das entrevistadas (67%, n=61) relatou comprar seus alimentos de forma prioritária no Armazém da Família. Uma parcela menor destes usuários recebe incentivos financeiros relacionados à política estadual e municipal de segurança alimentar, como por exemplo, o Programa Família Curitibana,\*\*<sup>c</sup> que dá direito a crédito mensal no Armazém da Família e em hortifrútis locais) e o Programa Leite das Crianças.

---

\*\*<sup>b</sup> O Armazém da Família oferece à população com renda máxima familiar de 3 ½ salários mínimos, gêneros alimentícios e produtos de higiene e limpeza, a preços em média 30% menores que os do mercado.

\*\*\*<sup>c</sup> O Programa Família Curitibana visa atender famílias com renda por pessoa inferior a meio salário-mínimo, com crianças entre zero e seis anos que estejam fora das creches, e que tenham idosos ou pessoas com deficiência física ou mental no domicílio, entre outros pontos. As famílias recebem R\$ 35 em créditos para fazer compras de alimentos e produtos de higiene nos Armazéns da Família da Prefeitura e outros R\$ 15 em frutas, verduras e legumes de época, repassados quinzenalmente pela Prefeitura. A frequência da criança na creche ou escola e participação em cursos profissionalizantes são obrigatórias para participação no Programa.

Quadro 3. Distribuição do acesso a alimentos de titulares do Programa Bolsa Família, residentes no Distrito Sanitário do Cajuru, Curitiba-PR, 2013.

Após o recebimento do recurso financeiro do PBF			
Compra de alimentos	68,4% aumentaram	2,17% diminuíram*	28,2% compram a mesma quantidade
Compra de alimentos que as crianças gostam	85% aumentaram	1,8% compram a mesma quantidade	2,4% não compram
Locais de compra	67% Armazém da Família	23% mercados pequenos do bairro	2,17% vendedores ambulantes (possibilidade de compra a fiado)
Acesso a recursos de outros Programas (Família Curitibana e Leite das crianças)	38% recebem	61,9% não recebem	
Acesso a alimentos	60,8% relataram preocupação de a comida acabar	36% não se preocuparam	
	16,5% afirmaram que a comida acabou	44,5% já passaram por algum tipo de carestia alimentar	

\*A diminuição da compra de alimentos foi justificada pelos usuários devido ao grande número de filhos e/ou agregados que passaram a habitar a casa, ou ainda devido ao desemprego.

O quadro 4 apresenta a distribuição da frequência alimentar das famílias dos titulares. Com relação ao consumo hídrico, a média foi de 3 ½ copos de água por pessoa, sendo que 8% não consomem nenhum copo de água por dia. Este baixo consumo foi autojustificado pela “falta de costume” ou “gosto desagradável” da água. Destaca-se que, em relação às orientações do documento “Dez passos da alimentação saudável”, este consumo hídrico se apresenta insuficiente, estando abaixo do recomendado pela população adulta, podendo comprometer a hidratação orgânica.<sup>10</sup> Por outro lado, o baixo consumo de água pode representar sua substituição por outros líquidos nem sempre “naturais” que podem ser veículos da ingestão de outros nutrientes como açúcar e aditivos artificiais que não caracterizam uma prática saudável.

**Quadro 4.** Distribuição da frequência alimentar dos beneficiários do Programa Bolsa Família do Distrito Sanitário do Cajuru, Curitiba-PR, 2013.

PRÁTICAS ALIMENTARES PROMOTORAS DE SAÚDE				
ALIMENTO	1x	2x - 6 x	7x	NUNCA
Hortalças e legumes (alface, tomate, agrião, cenoura, beterraba, couve)	10,8%	85,61%	32,6%	1,9%
Hortalças e legumes cozidos (brócolis, couve-flor, chuchu, couve)	22,8%	43,4%	10,8%	43,38%
Frutas (maçã, laranja, banana, kiwi, melancia)	15%	42,25%	25%	9,75%
Cereais como pão e arroz	0%	9,78%	96,7%	2,17%
Carne bovina	10,8%	18,4%	56,52%	13,04%
Carne suína	33,6%	30,43%	3,2%	31,5%
Carne de frango	2,86%	73,91%	16,3%	2,17%
Peixe	18,4%	7,6%	0%	72,8%
Vísceras (fígado, coração, rim, moela)	18,47%	2,17%	1,08%	70,6%
Leite e derivados (leite, iogurte e queijo)	7,6%	26%	59,78	15,21%
Feijão e leguminosas	2,17%	20,6%	73,9%	2,17%
PRÁTICAS ALIMENTARES DE RISCO				
Embutidos (linguiça, salsicha, mortadela e salame)	22,8%	50%	8,69%	20,6%
Bolachas recheadas	19,5%	32,6%	20,6%	27,1%
Bolachas maisena, salgada	9,78%	39,1%	31,5%	20,6%
Frituras (batata, coxinha, quibe, pastel)	17,39%	47,8%	9,78%	23,9%
Doces (chocolate, sorvete, balas)	34,7%	28,25%	16,3%	20,6%
Salgadinho de pacote	31,5%	26%	2,17%	39,1%
Macarrão instantâneo	31,5%	26%	2,17%	28,2%
Álcool	13 %	27,17%	2,17%	75%
Refrigerante	20,24%	30,36%	8,28%	23,92%
Suco artificial	7,36%	19,46%	46,9%	4,6%

Como elementos de proteção, a partir da alimentação, identificou-se a maior frequência de consumo de hortaliças cruas (79 entrevistados, 85,61%, consomem entre 2x a 6x por semana) e cereais como arroz (89 entrevistados, 96,7%, consomem 7x por semana). Leite, derivados, feijão e leguminosas foram majoritariamente consumidos com frequência diária (55 entrevistados, 59,78%, e 68 entrevistados, 73,9%, respectivamente).

Um terço dos entrevistados (31,5%, n=29) declarou consumir salgadinhos industrializados e macarrão instantâneo uma vez por semana; 27,17% (n=25) consumiram álcool 2-6 vezes por semana. Bolachas recheadas (32,6%, n=30) e embutidos (50%, n=46) foram consumidos na mesma frequência (1x por semana). Já as frituras tiveram maior frequência de consumo, 2-6 vezes por semana, por 47,8% (n=44) dos titulares. Com relação aos refrigerantes, 30,36% (n=42) dos entrevistados revelaram o consumo intermediário de 2-6 vezes por semana; 46,9% (n=43) revelaram consumir sucos artificiais todos os dias. Em conjunto, estes últimos marcadores alimentares indicam práticas de consumo que remetem ao risco de insegurança alimentar e nutricional.

Vale destacar que mais da metade (60, 8%, n=56) dos titulares afirmou já ter passado por algum tipo de escassez quantitativa de alimentos para atender às necessidades da família, tendo que recorrer a outros parentes, vizinhos ou instituições de assistência social.

## Comida atual e memória alimentar

Sobre a autopercepção quanto ao consumo alimentar, podem-se observar elementos favoráveis na dimensão da saúde sobre a alimentação atual, com ressalvas relacionadas a novos itens incluídos na compra e consumo cotidiano (frituras, massas e produtos ultraprocessados). Esta percepção favorável aparece em oposição à alimentação pregressa (anterior ao Programa) considerada “mais fraquinha”, “sem muita coisa”, que por sua vez se refere ao menor consumo de carne e outros produtos básicos.

Observaram-se também percepções favoráveis sobre alimentação familiar pregressa, quando era realizada no meio rural. Sobre esta questão, a memória alimentar familiar, ou seja, a alimentação de pais e avós, é percebida como “mais saudável”, devido às origens rurais de muitos titulares. Esta percepção da alimentação “mais saudável” é justificada pela capacidade de produção de alimentos “naturais” em fartura, que se opõem aos alimentos percebidos como “ruins” e “supérfluos” relacionados ao consumo alimentar da vida urbana.

Elementos do discurso demonstram ainda que a facilidade no acesso aos alimentos (“tudo era mais fácil”), vivida no passado rural, completa as dimensões que caracterizam uma percepção favorável quanto às práticas que remetem à memória da alimentação tradicional familiar. Nesse ponto, a migração do campo para a cidade emerge como um elemento processual, associado ao empobrecimento e redução na capacidade de manutenção da identidade cultural alimentar.

Outra ruptura se relaciona a restrições ou diminuição de consumo de comidas consideradas “saudáveis”, tais como carnes, verduras, arroz e feijão, principalmente com relação à alimentação dos filhos. O segmento das crianças aparece como um marcador de impacto mais amplo das mudanças referentes ao padrão de consumo alimentar da família.

### Acesso econômico e desejo de consumo na dimensão alimentar familiar

Destacam-se como “alimentos almeçados, porém não consumidos”, a “comida diferente do corriqueiro”, ou seja, o diferencial de consumo alimentar dos finais de semana. Este aparece representado principalmente por massas, doces mais refinados (“tortas e bolos de padaria”) e carnes, itens alimentares de menor frequência de consumo, motivada pela restrição financeira. Ainda nessa dimensão, outro comportamento alimentar almeçado é o “comer fora” em restaurantes de bufê por quilo ou *à la carte*, hábito ainda não adquirido por questões financeiras.

Uma classificação que emerge nos discursos se refere à possibilidade de o recurso financeiro do PBF representar um veículo de acesso a produtos almeçados pelas crianças. A categoria de “besteirinha” é representada como uma conquista à aquisição de iogurte, bolachas, salgados de pacote e doces, alimentos que se opõem à alimentação consolidada na noção de “básica”.

Assim, a inserção ao nível de consumo determinado e limitado pelo recurso recebido a partir da titularidade de direito à participação no PBF expõe dualidades referentes às mudanças de comportamento alimentar relativas ao antigo (tradicional, grosso, conhecido, remetente ao rural) e o novo (industrializado, supérfluo, almeçado, remetente ao urbano).

## DISCUSSÃO

Para Woortmann,<sup>16</sup> hábitos alimentares se ajustam às relações de cada grupo com o mercado e dependem da condição de acesso, possuindo conteúdos simbólicos e cognitivos relativos a classificações sociais e à percepção do organismo humano. Além disso, o comportamento alimentar revela a identidade de quem o pratica, trazendo informações sobre seu *status* e posição social.<sup>17</sup>

Para Maciel,<sup>18</sup> tais hábitos e comportamentos, além de “nutrir o corpo, expressam modos ou estilos de vida e servem como um código de reconhecimento social”. Desta maneira, os dados acima revelam comportamentos ora condizentes com as pesquisas já realizadas com grupos de baixa renda, ora trazem peculiaridades provenientes do recebimento do recurso oportunizado pelo Programa e das novas possibilidades de inserção à categoria de consumidores desses grupos.

O alto consumo de alimentos básicos ou “o grosso”, como arroz e feijão, demonstra a tendência de que as famílias que mais comprem alimentos industrializados como macarrão instantâneo, bolachas

e iogurte são as que já tiveram sua alimentação básica suprida. Neste caso, o recurso do PBF significa uma garantia da compra dos itens alimentares que são considerados como principais; além disso atua como um bônus que habilita a compra dos itens representados como “o que as crianças gostam”.

Já a “besteirinha” segue como preferência alimentar dos filhos, sendo percebida pelos adultos como “comida fraca”, “leve”. Contudo, muitos titulares revelaram que, apesar de a motivação da compra ser justificada pelo atendimento “da vontade dos filhos”, esses produtos acabam sendo incorporados na prática alimentar dos adultos em partilha com as crianças.

Para os titulares do PBF, o arroz, feijão e carne são definidos como o “básico”, o “grosso” no sentido de “forte”:

*A “fortidão”, como foi dito, associa-se ao valor nutritivo percebido do alimento, sendo o principal indicador da qualidade de “forte” dado pela sensação de saciedade que o mesmo produz. Isto é, o alimento “forte” é aquele que faz a pessoa sentir-se saciada por um longo período de tempo (p. 45).<sup>16</sup>*

Segundo pesquisa conduzida por Zaluar,<sup>19</sup> o arroz e feijão, juntamente com a carne, são compreendidos por famílias de baixa renda como “comida”. Sendo assim, verduras, legumes e frutas são compreendidos como “complemento”, pois não “enchem barriga”, não satisfazem e não dão “sustança”.

O excesso de frituras observado no padrão de frequência de consumo alimentar também se enquadra nesta linha de raciocínio. Segundo a autora:

*[...] o pobre tem necessidade de sentir-se de barriga cheia, e isso ele só obtém por meio de arroz, feijão, macarrão, alimentos gordurosos, desvalorizando as “misturas” (peixe, galinha, legumes, frutas), que são alimentos leves, complementares, mas preferidos pelos ricos (p. 175-176).<sup>19</sup>*

Muitas famílias de titulares pesquisados ainda têm dificuldade de consumir carne com frequência, portanto a alimentação básica segue sendo constituída por arroz e feijão nas refeições principais, e pão, margarina, leite e café no café da manhã e café da tarde. O aumento do consumo da carne, que tem seu principal evento de consumo descrito no hábito de organizar churrascos entre famílias e amigos no fim de semana, foi entendido por muitas famílias como uma forma ascensão social, em que a comida ultrapassa a concepção de necessidade básica e pode ser desfrutada em ocasiões de festividade. Em contrapartida, o “não poder comprar carne” foi entendido, principalmente pelas famílias em condição de extrema pobreza, como privação alimentar.

O consumo de peixe destacou-se também pela baixa frequência, sendo preterido em relação às carnes vermelhas e pelo frango. Destaca-se que se trata de uma população urbana e não litorânea, assim concorrem para o baixo consumo de peixes a cultura tradicional alimentar, que funciona como uma barreira à aquisição de novos hábitos alimentares, e o preço deste alimento, que muitas vezes não torna acessível este tipo de alimento. Somado a isso, o peixe é considerado entre famílias de baixa renda como uma “carne leve” e que não possui sustança.<sup>19</sup>

Como um contraponto, observa-se a incorporação do discurso científico da Nutrição na valorização do consumo de frutas, legumes e verduras, mesmo não havendo consumo com frequência significativa por conta da falta de acesso ou de preferências alimentares divergentes a essa recomendação.

A noção de “saudável” aparece com frequência nos discursos, principalmente dos titulares que apresentaram alguma doença crônica e/ou excesso de peso ou obesidade. Observou-se certa “cacofonia”, tal como pondera Fischler,<sup>20</sup> ou seja, ruídos de diferentes discursos que revelam informações confusas sobre alimentação e nutrição. Neste sentido, alimentos industrializados como refrigerantes e refrescos em pó – bastante recorrentes na alimentação cotidiana deste grupo – têm valorização reduzida como alimentos do tipo “não saudável”. Em contraposição, alimentos ultraprocessados, como “batata palha”, aparecem neste discurso cacofônico como um alimento “leve”.

Houve destaque quanto à percepção da piora da qualidade dos alimentos consumidos, devido à presença de itens processados e ultraprocessados (bolachas recheadas, doces, iogurtes e salgados de pacote), que são de fácil acesso (devido aos preços reduzidos em locais como o Armazém da Família) e agradam o paladar infantil. Muitos relatos inclusive revelaram a preferência infantil por esses produtos, à revelia do consumo do “grosso” (arroz e feijão), e também de frutas, legumes e verduras.

Este comportamento representa, inclusive, uma inversão nos hábitos alimentares de crianças e adolescentes de baixa renda. De acordo com Daniel & Cravo,<sup>21</sup> produtos alimentares como balas, bolachas, doces e refrigerantes eram consumidos por crianças e adolescentes de segmentos sociais mais abastados. A introdução do recurso, portanto, tornou possível a incorporação deste hábito em crianças de baixa renda. Neste sentido, ao mesmo tempo que esses pais destinam grande parte do recurso na compensação do desejo alimentar dos filhos, que anteriormente não tinham condição econômica de serem atendidas, também reconhecem que a maioria dos produtos alimentícios adquiridos não são “saudáveis”.

Com relação a essa questão, outros estudos demonstraram que adultos separam os “supérfluos” e a “comida propriamente dita” (arroz com feijão e mistura), enquanto que as crianças resistem a essa regra comem o que consideram como não comidas.<sup>22</sup> A partir desta inferência, três dimensões explicativas podem ser elencadas no cenário da população estudada:

*1) Este comportamento pode ser justificado pelo sentimento de inserção no mundo do consumo que o ato de comprar alimentos supérfluos (bolachas recheadas, iogurtes e macarrão instantâneo) para os filhos pode significar para esses pais. Paradoxalmente, a percepção do “nãomsaudável” e do “fraco” coexiste com discursos favoráveis não a este tipo de alimento em si, mas com a nova situação de inserção no mundo do consumo contemporâneo. O discurso “agora eu posso comprar para o meu filho o que eu não podia comprar antes” revela o senso de superação de uma realidade anterior, de restrições econômicas ao acesso alimentar pleno. A “liberdade” trazida pelo poder de consumo, atrelada ao recebimento da complementação de renda,<sup>4</sup> traz o*

*sentimento de pertença a um mundo que antes lhes era negado e os insere no mundo contemporâneo, no qual a maioria das pessoas têm mais liberdade para comprar os alimentos que necessitam/desejam.*

2) *O mundo contemporâneo é inserido neste contexto alimentar também através da compra de alimentos que são veiculados em propagandas de produtos alimentícios infantis. As “besteirinhas que as crianças gostam” fazem parte do rol de produtos alimentícios direcionados ao público infantil.*

3) *O senso positivo relacionado à restrição da atividade culinária, encontrado na expressão “É mais prático e as crianças gostam” também foi observado com frequência no discurso que justifica a aquisição e consumo desse tipo de produto. Numa dimensão social, pode-se relacionar essa significação ao tempo reduzido de investimento no preparo de refeições, por conta das múltiplas jornadas de trabalho das mulheres chefes de famílias que vivem em condição de pobreza.*

*A ausência de tempo hábil para preparar refeições, aliada ao desejo de inserção na sociedade do consumo, através da aquisição de produtos amplamente divulgados na mídia, apareceu relacionada também ao consumo de outros produtos alimentícios industrializados, do gênero “prontos para consumo”, do tipo massas congeladas. Outros titulares, entretanto, revelaram o reconhecimento de valores favoráveis a respeito da produção de refeições em casa no dia a dia, classificadas como “mais fresquinhas”, “do gosto da gente”.*

*Já com relação à memória alimentar dos pais, esta parece oscilar entre a pobreza e escassez de alimentos (“quase não tinha nada pra comer”), no qual os tempos de “fartura da vida no campo” são lembrados em oposição à escassez no meio urbano. O tempo antigo é mais valorizado do que o atual em termos de alimentação,<sup>22</sup> identificado com a fartura e variedade (“eles plantavam de tudo”), além da noção de saudável (“eles comiam tudo mais natural, não tinha essas porcaria”). A migração do campo para a cidade, ou do interior para a periferia da capital, ou ainda de outras regiões empobrecidas para a periferia de uma grande cidade, aparece como elemento de ruptura e mudança de estrutura dos hábitos alimentares destes titulares.*

Em pesquisas realizadas com migrantes de áreas rurais, Woortmann<sup>15</sup> pondera que, uma vez desprovidos da produção de alimentos e de boa remuneração, migrantes recorrem à memória da “fartura” pregressa vivida no meio rural, substituída pela realidade de escassez alimentar na cidade. A mudança para a cidade também representa a perda da fartura e de um “passado perdido”:

*A migração rural-urbana afeta os padrões alimentares, menos por diferenças de ordem cultural, que pelo modo como o trabalhador se vê sujeito ao processo de acumulação de capital, processo esse que ao afastá-lo do campo, onde já minara as condições de “fartura”, o lança na cidade na condição de pobre.<sup>16</sup>*

Titulares que permaneceram no campo ou em espaços “rurbanos” vivem uma certa ambiguidade causada pela falta de espaços e de políticas de apoio aos cultivos e pela possibilidade de compra de alimentos em mercados, contrapondo as forças do trabalho e da comodidade. Favero<sup>5</sup> identificou, nas rodas de conversas realizadas com titulares do PBF na Bahia, sentimentos de constrangimento e de vergonha quanto a alimentos tradicionais da região:

*As mudanças introduzidas no cardápio alimentar contribuem, também, para a reorganização dos sistemas de classificação e de representação dos alimentos. Uma das queixas mais pronunciadas pelas mulheres participantes de “rodas de conversa” refere-se à crescente resistência das crianças e dos adolescentes em consumir alguns dos alimentos tradicionais na região. A própria pronúncia do nome desses alimentos em rodas de conversas era misturada com risos e entremeada de histórias (...) A menção de nomes de alimentos oriundos da cidade é feita sem travas.<sup>5</sup>*

Com base no autor, a transferência de renda pode ter iniciado, na região pesquisada, discontinuidades entre o tradicional e o moderno.<sup>5</sup>

## CONCLUSÃO

Percebeu-se, a partir de núcleos de sentido dos discursos, a necessidade de superar um passado de fome através da garantia do “grosso”, bem como a inserção no mundo do consumo e do contemporâneo através do consumo de produtos alimentícios processados, que conflitam com noções do “saudável” apresentadas.

A possibilidade de acessar locais antes pouco frequentados, como supermercados, também traz a possibilidade de transitar das tradições consolidadas pela vivência da pobreza ao pertencimento à contemporaneidade, através da nova identidade subsidiada pelo direito ao recurso financeiro do Programa: a de consumidor. Tal processo se configura nos ideais de consumo pela incorporação de necessidades renovadas e de ascensão social, aspecto já percebido em outros estudos.<sup>8</sup>

Destaca-se que não se tratou aqui de discutir as disparidades regionais ou mesmo classificar os efeitos do programa apenas como favoráveis ou não sobre a dimensão alimentar; entretanto, não se pode desconsiderar que o artigo possa ter identificado especificidades regionais na dimensão do consumo dos titulares.

Conclui-se que os efeitos do Programa Bolsa Família se fazem perceber em múltiplas dimensões e necessitam de complexa análise. Neste sentido, buscou-se apreender processos de resignificação do cotidiano alimentar deste grupo, como intenção principal, numa perspectiva compreensiva da determinação da (in)segurança alimentar no contexto do Programa.

## AGRADECIMENTOS

A Nircélio Zobot, técnico da Secretaria Estadual de Família e Desenvolvimento Social do Paraná e à Angela Cristina Lucas de Oliveira, Nutricionista da Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, pelo apoio à localização dos titulares do Programa Bolsa Família e apoio logístico das Unidades Municipais de Saúde no recorte espacial do estudo.

## REFERÊNCIAS

1. Campello T, Neri MC, organizadores. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea; 2013.
2. Paiva LH, Falcão T, Bartholo L. Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro na busca da superação da pobreza extrema. In: Campello T, Neri MC, organizadores. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea; 2013. p. 25-46.
3. Rasella D, Aquino R, Santos CAT, Paes-Sousa R, Barreto ML. Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a mortalidade em crianças uma análise nos municípios brasileiros. In: Campello T, Neri MC, orgnizadores. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania. Brasília: Ipea; 2013. p. 247-262.
4. Rego W, Pinzani A. Vozes do Bolsa Família. São Paulo: Editora da Unesp; 2013.
5. Favero C. Políticas públicas e sociabilidades. O Programa Bolsa Família e agricultores familiares do semi-nordeste do Brasil. Anais do XXVIII LASA; 11-14 jun. 2009; Rio de Janeiro; 2009.
6. IBASE. Repercussões do Programa Bolsa Família na Segurança Alimentar e Nutricional da famílias beneficiadas. Documento síntese. Rio de Janeiro: Ibase; 2008. Disponível em [http://www.ibase.br/userimages/ibase\\_bf\\_sintese\\_site.pdf](http://www.ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf)
7. Martins APB. Impacto do Programa Bolsa Família sobre a aquisição de alimentos em famílias brasileiras de baixa renda. [Tese]. [São Paulo]: USP; 2013.
8. Canesqui AM. Antropologia e alimentação. Revista de Saúde Pública São Paulo 1988; 22(3):207-16.
9. Triolla MF. Introdução à estatística. 7 ed. Rio de Janeiro: LTC; 1999.
10. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Protocolos do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional – SISVAN na assistência à saúde. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.
11. Alami S, Desjeux D, Garabuau-Mossauoi I. Os métodos qualitativos. Petrópolis: Vozes; 2010.
12. Brasil. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da União 13 jun. 2013; Seção I, p. 59-62. acesso em: 20 abr. 2015. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>
13. Haguette TMF. Metodologias qualitativas na sociologia. Petrópolis, RJ: Vozes; 1992.
14. Richardson RJ, Peres JAS, Wanderley JCV, Correia LM, Peres MH. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas; 1999.
15. Deslandes SF, Gomes R, Minayo MCS, organizadoras. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 33 ed. Petrópolis: Vozes; 2013.
16. Woortmann K. Hábitos e Ideologias alimentares em grupos sociais de baixa renda. Brasília: Fundação UnB; 1978.
17. Woortmann K. A comida, a família e a construção do gênero feminino. Dados 1986; 29(1):103-130.

18. Maciel ME. Identidade cultural e alimentação. In: Canesqui AM, Diez-Garcia RW. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.
19. Zaluar A. A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense; 1985.
20. Fischler C. El omnívoro: el gusto, la cocina y el cuerpo. Barcelona: Anagrama; 1995.
21. Daniel JM, Cravo VZ. O valor social e cultural da alimentação. In: Canesqui AM, Diez-Garcia RW. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.
22. Canesqui AM, Diez-Garcia RW. Antropologia e nutrição: um diálogo possível. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005.

Recebido: 15/4/2015

Revisado: 17/9/2015

Aceito: 29/9/2015